

Sarney e Ulysses de novo evitam o choque

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Apesar de respeitosa, quase amena, a conversa do deputado Ulysses Guimarães com o presidente José Sarney, domingo, não trouxe solução para aquele que constitui o grande nó do atual processo político. Não houve choque em torno desse problema, ainda, mas a possibilidade é grande e permanece aberta. Porque o parlamentar paulista sustenta a tese de que a Assembléia Nacional Constituinte se situa acima dos demais poderes. Com cautela e um pouco de manha, ele não fala em Constituinte, mas em Constituição. Ainda no sábado, com veemência, repetiu que "a Constituição está acima do Executivo, do Legislativo e do Judiciário", exemplificando que ela é defendida pelo Supremo Tribunal Federal, não podendo ser estuprada por ele. No fundo, queria dizer Constituinte, como já havia dito um sem-número de vezes. Por lapso ou malícia, para não agravar a crise, falou em Constituição.

Faz pouco Ulysses aderiu por inteiro à tese da soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Quando ela foi levantada, logo na instalação dos trabalhos, em fevereiro do ano passado, calou-se com inteligência, já que o grupo dos xitas pretendia mundos e fundos. Naqueles tempos, houve quem quisesse subordinar até as Forças Armadas à Mesa da Constituinte, ou, pior, desconstituir os poderes constitucionais assegurados pela Carta em vigor, de 1967/69. Era demais. A questão ficou em banho-maria, com as forças constituintes acomodadas ao menos aparentemente no ponto de vista de que lhes cabia cuidar do futuro, dispondo de todos os poderes para redigir a futura Constituição como bem entendessem, mas sem interferir no funcionamento dos poderes já constituídos.

Agora, as posições se alteraram. Partiu para a luta o Palácio do Planalto, sentindo o perigo da aprovação dos quatro anos para o presidente José Sarney, isto é, a redução em dois anos do mandato para o qual foi eleito. O consultor-geral da República chegou a escrever um livro, e não se cansou de criticar o que chamou de liberalidades impossíveis, tomadas pela Assembléia Nacional Constituinte. Para ele, se inexistia a tese da soberania absoluta, estavam deputados e senadores impedidos de desconstituir o que se encontrava constituído. Não tinham o direito de reduzir o mandato do presidente da República para quatro ou até cinco anos, ainda que pudessem fixar esses ou outros períodos para os sucessores. Pouca gente se deu conta de que, no fundo de uma discussão aparentemente acadêmica, se situava uma estratégia política, para o caso de a emenda dos cinco anos cair de cotação. Quando caiu, aflorou o nó agora exposto, obrigando Ulysses a definir sua posição. E ele, calado por quase um ano a esse respeito, aderiu ao extremo oposto. Em seu entender, o poder constituinte é pleno e pode fazer o que bem entender. Não chega ao exagero de pretender desconstituir o Executivo, o Legislativo ou o Judiciá-

rio nem de querer comandar as Forças Armadas, mas fica por perto. Para ele, se a Assembléia Nacional Constituinte entender fixar em quatro anos o mandato de Sarney, nada a impedirá.

Estranha, nessa questão, também é a atitude do presidente da República. Porque, desde o começo, mesmo repelindo a soberania absoluta, ele marcou seus pronunciamentos por palavras de respeito a tudo o que os constituintes decidissem, mesmo com relação ao seu mandato. Esperava ganhar a parada politicamente, sem necessidade de argumentação jurídica. Quando as coisas ficaram pretas, passou a inserir em suas críticas à Constituinte um dado novo: aceitará as decisões, "desde que acordos com os princípios constitucionais". Que princípios? Por enquanto Sarney não os explicitou. Talvez o faça num dos próximos Conversa ao Pé do Rádio. Porque, salvo engano, está a um passo de dizer que a redução de seu mandato configura inconstitucionalidade, ou seja, um ato que a Assembléia Nacional Constituinte não pode tomar, por lhe faltar a devida competência.

Assim estão as relações entre Ulysses Guimarães e José Sarney. O presidente do PMDB é partidário óbvio dos quatro anos, ainda que não o declare de público. Sua candidatura à Presidência da República está na razão direta da realização de eleições este ano. Sabe que se esperar até 1989 outros candidatos surgirão no PMDB, em condições de obstar-lhe o caminho. O primeiro deles é Orestes Quércia. Por isso, como num jogo de xadrez, avançou os bispos, isto é, passou a sustentar a soberania, que por enquanto é da Constituição (mas qual, a de hoje ou a futura?) e, em breve, será formalmente da Constituinte, pela movimentação das torres e até da rainha. Nessa partida, ao menos por enquanto, os cavalos permanecem imobilizados.

Há, no Palácio do Planalto, quem ainda imagine poder o entretanto refluir do terreno jurídico e ferir-se apenas no campo político. Ministros como Prisco Viana e Antônio Carlos Magalhães, agora ajudados por Paulo Brossard e outros, imaginam não estar previamente derrotada a emenda dos cinco anos. Um trabalho renovado nas bancadas evitaria a diáspora dos parlamentares antes compromissados com ela. Fazer barulho, nessa hora, é importante, até para assustar o adversário com impasses institucionais. No fundo, porém, são cortinas de fumaça. Não será por aí que o País explodirá.

Nem o presidente da República pretende nem o presidente da Assembléia Nacional Constituinte acredita na hipótese de recursos ao Supremo Tribunal Federal, como forma de rever decisões que venham a ser tomadas pela maioria de deputados e senadores — especialmente a questão do mandato. O que os constituintes tiverem resolvido, seja daqui a 15 dias, seja mais tarde, valerá irrevestivelmente. A menos, é claro, que se pretenda um estranho jogo de xadrez, no qual todas as peças sejam cavalos, em tropel desabalado sobre o tabuleiro.

C.C.